

Termo de Referência 12/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2025	170040-SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 3A.RF/CE	CLAUSSEN NAIRA MALHEIROS PEREIRA	28/03/2025 09:45 (v 8.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	66/2025	13075.010753/2025-68

1. Definição do Objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de bens permanentes - equipamentos de ar-condicionado - que devem ser fornecidos conforme for(em) demandado(s), durante o período de vigência da Ata de Registro de Preço, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Ar Condicionado - 12.000 BTUs - Hi Wall - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	399795	UNIDADE	49	4.029,60	197.450,40
2	Ar Condicionado - 18.000 BTUs - Hi Wall - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	399794	UNIDADE	66	8.136,29	536.995,14
3	Ar Condicionado - 24.000 BTUs -Cassete - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	239607	UNIDADE	32	5.160,17	165.125,44
4	Ar Condicionado - 30.000 BTUs - Hi Wall - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	618526	UNIDADE	45	6.248,10	281.164,50
5	Ar Condicionado - 36.000 BTUs - Cassete - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Cclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	603721	UNIDADE	8	8.137,56	65.100,48

6	Ar Condicionado - 36.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	338761	UNIDADE	44	8.768,60	385.818,40
7	Ar Condicionado - 48.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	612237	UNIDADE	42	12.021,42	504.899,64
8	Ar Condicionado - 60.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A ou B - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	612298	UNIDADE	19	11.930,04	226.670,76
9	Ar Condicionado - 30.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	355750	UNIDADE	32	7.125,11	228.003,52
TOTAL						2.591.228,28

**Órgão Gerenciador: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA
3ª REGIÃO FISCAL – SRRF03 – UASG 170040**

Estimativas de consumo individualizadas:

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA POR UNIDADE			
		SRRF03	DRF /TSA	DRF /SLS	ARF /IMP
1	Ar Condicionado - 12.000 BTUs - Hi Wall - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	20	0	0	0
2	Ar Condicionado - 18.000 BTUs - Hi Wall - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	16	0	12	3
3	Ar Condicionado - 24.000 BTUs - Cassete - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	8	0	6	0
4	Ar Condicionado - 30.000 BTUs - Hi Wall - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	8	0	6	6
5	Ar Condicionado - 36.000 BTUs - Cassete - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Cclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	8	0	0	0
6	Ar Condicionado - 36.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	8	6	0	4
7	Ar Condicionado - 48.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	10	0	0	0
8	Ar Condicionado - 60.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A ou B - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	10	0	0	0
9	Ar Condicionado - 30.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	0	6	0	0

Órgão Participante: COMANDO 10 REGIAO MILITAR/MEX- CE – UASG 160047

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	LOCAL DE ENTREGA	QUANTIDADE
1	Ar Condicionado - 12.000 BTUs - Hi Wall - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	Av. Alberto Nepomuceno, s/no, Centro, CEP 60025-130, Fortaleza /CE.	19
2	Ar Condicionado - 18.000 BTUs - Hi Wall - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	Av. Alberto Nepomuceno, s/no, Centro, CEP 60025-130, Fortaleza /CE.	14
3	Ar Condicionado - 24.000 BTUs - Cassete - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	Av. Alberto Nepomuceno, s/no, Centro, CEP 60025-130, Fortaleza /CE.	18
4	Ar Condicionado - 30.000 BTUs - Hi Wall - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	Av. Alberto Nepomuceno, s/no, Centro, CEP 60025-130, Fortaleza /CE.	10
6	Ar Condicionado - 36.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	Av. Alberto Nepomuceno, s/no, Centro, CEP 60025-130, Fortaleza /CE.	8
7	Ar Condicionado - 48.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	Av. Alberto Nepomuceno, s/no, Centro, CEP 60025-130, Fortaleza /CE.	10
8	Ar Condicionado - 60.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A ou B - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	Av. Alberto Nepomuceno, s/no, Centro, CEP 60025-130, Fortaleza /CE.	3
9	Ar Condicionado - 30.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	Av. Alberto Nepomuceno, s/no, Centro, CEP 60025-130, Fortaleza /CE.	8

Órgão Participante: INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ – UASG 152757

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	LOCAL DE ENTREGA	QUANTIDADE
1	Ar Condicionado - 12.000 BTUs - Hi Wall - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	Av. José Rodrigues de Aquino Filho, 640 - Alto de Santa Luzia, Nova Cruz - RN, 59215-000.	10
2	Ar Condicionado - 18.000 BTUs - Hi Wall - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	Av. José Rodrigues de Aquino Filho, 640 - Alto de Santa Luzia, Nova Cruz - RN, 59215-000.	15
4	Ar Condicionado - 30.000 BTUs - Hi Wall - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	Av. José Rodrigues de Aquino Filho, 640 - Alto de Santa Luzia, Nova Cruz - RN, 59215-000.	15
6	Ar Condicionado - 36.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	Av. José Rodrigues de Aquino Filho, 640 - Alto de Santa Luzia, Nova Cruz - RN, 59215-000.	10
7	Ar Condicionado - 48.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	Av. José Rodrigues de Aquino Filho, 640 - Alto de Santa Luzia, Nova Cruz - RN, 59215-000.	10
8	Ar Condicionado - 60.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A ou B - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	Av. José Rodrigues de Aquino Filho, 640 - Alto de Santa Luzia, Nova Cruz - RN, 59215-000.	2
9	Ar Condicionado - 30.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	Av. José Rodrigues de Aquino Filho, 640 - Alto de Santa Luzia, Nova Cruz - RN, 59215-000.	10

Órgão Participante: INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ – UASG 154840

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	LOCAL DE ENTREGA	QUANTIDADE
2	Ar Condicionado - 18.000 BTUs - Hi Wall - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	RN 120, Km 2, Bairro Novo Juremal, São Paulo do Potengi/RN , CEP: 59460-000.	6
6	Ar Condicionado - 36.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	RN 120, Km 2, Bairro Novo Juremal, São Paulo do Potengi/RN , CEP: 59460-000.	8
7	Ar Condicionado - 48.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	RN 120, Km 2, Bairro Novo Juremal, São Paulo do Potengi/RN , CEP: 59460-000.	12
8	Ar Condicionado - 60.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A ou B - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	RN 120, Km 2, Bairro Novo Juremal, São Paulo do Potengi/RN , CEP: 59460-000.	4
9	Ar Condicionado - 30.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	RN 120, Km 2, Bairro Novo Juremal, São Paulo do Potengi/RN , CEP: 59460-000.	8

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021

1.4 Se houver divergência entre a descrição do CATMAT e a descrição do Termo de Referência, esta última prevalecerá.

1.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da Contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse termo de referência

3. Descrição da Solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da Contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que os itens somente serão pagos após a entrega.

Envio de Catálogo

4.4. O licitante deverá enviar manual ou catálogo com imagens e informações suficientes para que o setor demandante possa verificar se o objeto da proposta atende todos os requisitos solicitados.

5. Modelo de Execução do Objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento pela empresa, conforme demanda, no decorrer do período de vigência da Ata de Registro de Preço.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

SRRF03: Rua Barão de Aracati, 909, CEP: 60115-901 - Fortaleza/CE

DRF/TSA: Rua Marechal Deodoro, S/N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64000-090 – Teresina/PI

DRF/SLS: Rua Oswaldo Cruz, 1618 - Canto da Fabril, CEP 65020-902 - São Luís/MA

ARF/IMP: Rua Rui Barbosa, 302 - Centro, CEP 65900-440 - Imperatriz/MA

Órgãos Participantes:

- **COMANDO 10 REGIAO MILITAR/MEX - CE:** Av. Alberto Nepomuceno, s/no, Centro, CEP 60025-130, Fortaleza/CE

- **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/ Campus de Nova Cruz:** Av. José Rodrigues de Aquino Filho, 640 - Alto de Santa Luzia, Nova Cruz - RN, 59215-000

- **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/ Campus de São Paulo do Potengi:** RN 120, Km 2, Bairro Novo Juremal, São Paulo do Potengi/RN , CEP: 59460-000

5.4. A quantidade mínima por pedido da Ata de Registro de Preços poderá ser de 01 (uma) unidade do item e quantidade máxima poderá ser de todo o quantitativo previsto para o referido item.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a

contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de Gestão do Contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Infrações e Sanções Administrativas

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

- a) Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

b) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com

poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. Critérios de Medição e Pagamento

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua

situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.27. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.28. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.29. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.30. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.31. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

8.32. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Reajuste

8.33. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/01/2025.

8.34. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.35. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.36. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.37. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.38. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.39. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.40. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. Critérios e Seleção do Fornecedor

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO .

9.1.1 Como a contratação será realizada para atendimento de demandas de mais de uma Unidade da Receita Federal do Brasil, faz com que o SRP – Sistema de Registro de Preços – seja o meio mais indicado para a aquisição desse material

Forma de fornecimento

9.2. A(s) empresa(s) deve(m) fornecer os materiais, conforme for(em) demandada(s), durante o período de vigência da Ata de Registro de Preço.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação .

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.29.1.1. Entrega de, no mínimo, 01 (um) Material Permanente.

9.29.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. Estimativas do Valor da Contratação

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 2.591.228,28 (dois milhões, quinhentos e noventa e um mil, duzentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 do Termo de Referência.

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. Adequação Orçamentária

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/170040;

II) Fonte de Recursos: 1032000000;

III) Programa de Trabalho: 04125003222370001;

IV) Elemento de Despesa: 44905212;

V) Plano Interno: TETOLIVRE;

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. Disposições Finais

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CLAUSSEN NAIRA MALHEIROS PEREIRA

EQLIC/DIPOL/SRRF03



Assinou eletronicamente em 27/03/2025 às 15:09:01.

GEOSSANDRO TADEU BEZERRA DE MOURA

SAENG/DIPOL/SRRF03



Assinou eletronicamente em 27/03/2025 às 16:57:28.

IVSON PORDEUS GOMES

SEPOL/DIPOL/SRRF03



Assinou eletronicamente em 28/03/2025 às 09:45:18.

Estudo Técnico Preliminar 2/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 13075.010753/2025-68

2. Descrição da necessidade

A aquisição de bens permanentes (aparelhos de ar-condicionado) visa substituir equipamentos com mais de 10 anos de operação nas unidades da 3ª região fiscal da RFB, bem como atender novas demandas de instalação, como por exemplo no Espaço CrerSer e na sala de reuniões do gabinete da SRRF03. Contempla também uma quantidade estimada para suprir o estoque de equipamentos para um horizonte de utilização de até 02(dois) anos.

Tendo em vista que não foi possível prever a quantidade exata de equipamentos e bens que darão defeitos e precisarão ser substituídos, faz com que o SRP – Sistema de Registro de Preços – seja o meio mais indicado para a aquisição desse material, se enquadrando na hipótese do inciso V do art 3º do Decreto nº 11.462/2023.

A contratação se enquadra também na categoria de bens comuns, de que trata a Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, devendo ser contratado por meio da modalidade Pregão.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SAENG/DIPOL/SRRF03	Marcos Tadeu Aires Vidal

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A(s) empresa(s) deve(m) fornecer os materiais/bens abaixo, conforme for(em) demandada(s), durante o período de vigência da Ata de Registro de Preço.

Equipamentos	Quantidade por unidade				TOTAL
	SRRF03	DRF/TSA	DRF/SLS	ARF/IMP	
Ar Condicionado - 12.000 BTUs - Hi Wall - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Sepentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	20	-	-	-	20
Ar Condicionado - 18.000 BTUs - Hi Wall - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Sepentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	16	-	12	3	31

Ar Condicionado - 24.000 BTUs -Cassete - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Sepentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	8	-	6	-	14
Ar Condicionado - 30.000 BTUs - Hi Wall - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Sepentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	8	-	6	6	20
Ar Condicionado - 36.000 BTUs - Cassete - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Sepentina em cobre - Cclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	8	-	-	-	8
Ar Condicionado - 36.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Sepentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	8	6	-	4	18
Ar Condicionado - 48.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Sepentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	10	-	-	-	10
Ar Condicionado - 60.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A ou B - com controle remoto - Sepentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	10	-	-	-	10
Ar Condicionado - 30.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Sepentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	-	6	-	-	6

O prazo de entrega dos itens deverá ser de no máximo 60 dias, iniciado após o envio da Ordem de Fornecimento.

ENDEREÇO DAS UNIDADES:

SRRF03: Rua Barão de Aracati, 909, CEP: 60115-901 - Fortaleza/CE

DRF/TSA: Rua Marechal Deodoro, S/N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI

DRF/SLS: Rua Oswaldo Cruz, 1618 - Canto da Fabril, CEP 65020-902 - São Luís/MA

ARF/IMP: Rua Rui Barbosa, 302 - Centro, CEP 65020-902 - Imperatriz/MA

A referida contratação constitui atividades de investimentos, não de custeios.

Ressalte-se que os bens a serem adquiridos NÃO estão contemplados no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria SEGES/ME nº 938/2022.

5. Levantamento de Mercado

Trata-se de aquisição de bens comuns, pois os padrões de desempenho e de qualidade são objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado, conforme as características constantes no Item 4 deste Estudo Técnico Preliminar, sendo que há fornecedores disponíveis no mercado capazes de prover a solução para a necessidade da Administração.

A aquisição dos bens busca a eficiência e otimização de recursos, garantindo que o bem atenda as necessidades a organização, assemelhando-se a uma aquisição do setor privado. Além disso, tanto no setor público quanto o privado, a relação custo-benefício é um fator essencial, considerando não apenas o preço mas a qualidade e suporte do fornecedor. Apesar do processo de seleção de fornecedores ser diferente, ambos os setores avaliam a idoneidade dos fornecedores, sua capacidade de entrega e cumprimento de prazos.

Dessa forma, o tipo de solução a contratar será a aquisição pela Administração, mediante licitação sob a modalidade pregão, na forma eletrônica. O modo de disputa será o aberto e fechado a fim de garantir uma maior competitividade e transparência na aquisição, tendo em vista que esse modo de disputa possibilita uma maior confidencialidade e controle sobre as propostas.

A contratação se dará através do Sistema de Registro de Preços - SRP, firmando-se ao final do certame Ata de Registro de Preços - documento vinculativo, obrigatório, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. Descrição da solução como um todo

A contratação pretendida para as unidades envolvidas deve proporcionar o fornecimento dos itens descritos no Tópico 4 deste Estudo Técnico Preliminar, sendo os mesmos devem ser entregues nos locais indicados e cumprirem todas as características exigidas no Edital e Termo de Referência.

A fim de atender o mencionado deve exigido comprovação técnica e financeira para assegurar que a empresa contratada tenha condições reais de cumprir suas obrigações sem comprometer a qualidade e os prazos do contrato. A lei nº 14133/2021 permite a exigência como critério para garantir a idoneidade dos participantes.

Para a aquisição destes bens a solução contratada é a que atende às necessidades, uma vez que o exercício das competências legais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, somado ao desempenho da atividade de fiscalização tributária, previdenciária e aduaneira, e do combate à pirataria e à contrafação, determinam que a Administração providencie os insumos necessários à eficiência e eficácia das atividades, sendo que os itens solicitados são indispensáveis para as atividades fins da Instituição ou de suporte para as mesmas.

Durante o prazo válido da Ata de Registro de Preços assinada, a(s) contratada(s) deverá(ão) fornecer os materiais conforme normas pertinentes, cumprindo as obrigações contratuais constantes do instrumento convocatório e seus anexos, mantendo a qualidade e características da proposta original, bem como garantia dos materiais.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Trata-se de ARP para atendimento das seguintes unidades da Receita Federal do Brasil:

- Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal;
- Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina/PI;
- Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luís/MA; e
- Agência da Receita Federal do Brasil em Imperatriz/MA.

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi levantada juntamente aos servidores integrantes das Unidades da 3ª Região Fiscal, sopesando a expectativa de uso no próximo exercício.

Em consonância com o Artigo 3º do Decreto nº 11.462/2023, a adoção de Ata de Registro de Preços é possível nos seguintes casos:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Ressalte-se que não foi possível definir previamente o quantitativo demandando, tendo em vista que não tem como prever quantos equipamentos necessitarão ser substituídos e a demanda terá como base a necessidade de reposição dos equipamentos danificados. Assim sendo, optou-se pelo Registro de Preços.

Não obstante, ressalva-se que o SRP constitui conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras, não acarretando prejuízo ou desperdício para os cofres públicos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.035.223,11

O valor estimado para a aquisição é de **R\$ 1.035.223,11 (um milhão, trinta e cinco mil e duzentos e vinte e três reais e onze centavos)**, conforme composição de valores unitários descrito na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
Ar Condicionado - 12.000 BTUs	Ar Condicionado - 12.000 BTUs - Hi Wall - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	20	4.029,60	80.592,00
Ar Condicionado - 18.000 BTUs	Ar Condicionado - 18.000 BTUs - Hi Wall - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	31	8.136,29	252.224,99
Ar Condicionado - 24.000 BTUs	Ar Condicionado - 24.000 BTUs - Cassete - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	14	5.160,17	72.243,58
Ar Condicionado - 30.000 BTUs	Ar Condicionado - 30.000 BTUs - Hi Wall - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	20	6.248,10	124.962,00
Ar Condicionado - 36.000 BTUs	Ar Condicionado - 36.000 BTUs - Cassete - Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Cclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	8	8.137,56	65.100,48

Ar Condicionado - 36.000 BTUs	Ar Condicionado - 36.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	18	8.768,60	157.834,80
Ar Condicionado - 48.000 BTUs	Ar Condicionado - 48.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	10	12.021,42	120.214,20
Ar Condicionado - 60.000 BTUs	Ar Condicionado - 60.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A ou B - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	10	11.930,04	119.300,40
Ar Condicionado - 30.000 BTUs	Ar Condicionado - 30.000 BTUs - Piso/Teto- Eficiência energética - Selo Procel Tipo A - com controle remoto - Serpentina em cobre - Ciclo Frio - Gás Ecológico - Timer Digital	6	7.125,11	42.750,66
VALOR TOTAL				1.035.223,11

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

As compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. A contratação que se pleiteia observa via de regra tal dispositivo.

Os Itens do pregão não serão agrupados, tendo em vista que o agrupamento poderia restringir a competitividade do certame.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

De acordo com este Órgão, não há contratação correlata para a aquisição dos itens.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição dos materiais permanentes está previsto no Plano Anual de Contratações, documento que consolida a previsão de compras e contratações deste órgão federal.

Para referência de reajuste de preço será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tendo em vista que se trata de um índice confiável e de fácil acesso a todas as partes envolvidas do contrato. Além disso, representa uma média do comportamento de preços na economia, reduzindo o risco de distorções no reajuste.

A referida contratação está de acordo Plano Direto de Logística Sustentável (PLS) da Receita Federal.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição dos materiais de forma planejada atende ao princípio da eficiência, com economia de custos administrativos internos (inerentes ao procedimento de licitação), ampliação dos potenciais interessados em razão do maior vulto da aquisição, redução de custos com transporte e, consequente redução dos preços da aquisição.

As aquisições ora pleiteadas dos materiais permanentes, compõem rol daqueles bens indispensáveis para manutenção das Unidades envolvidas. Dispensá-los acarretaria precariedade da segurança dos usuários dos edifícios desta Região Fiscal, tendo em vista que os equipamentos existentes estão apresentando defeito constantemente. Sendo assim, evidencia-se que, ao realizar a substituição destes, esta Administração prima pela economicidade e bom aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

13. Providências a serem Adotadas

Não foram identificadas providência a serem adotadas previamente por esta Administração à aquisição pretensa, no tocante à organização e/ou ambiente de trabalho, tampouco em relação à capacitação de servidores ou empregados para fiscalização e gestão de materiais e equipamentos.

Os trâmites administrativos para a licitação já se encontram incorporados na rotina de trabalho da Equipe de Licitação desta RF03, e os órgãos que receberão os referidos itens já estão dotados de capacidade técnica e infraestrutura para dar continuidade ao recebimento dos itens contratados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os materiais empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer a todas as normas existentes atinentes ao objeto do Contrato, ou que venham a ser editadas durante a vigência da contratação, mais especificamente as seguintes normas: Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010 que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; Portaria nº 23-MPOG, de 12 de fevereiro de 2015, que estabelece boas práticas de gestão e uso de Energia Elétrica e de Água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços;

14.2. É importante que a empresa contratada e o Órgão observem as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam, entre outros, nos pressupostos e exigências discriminados abaixo, no que couber:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água; Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- c) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- d) Observar a sustentabilidade nos vários momentos do ciclo de vida do produto, desde os materiais utilizados e o modo de produção, passando pelo modo de distribuição, embalagem e transporte, até chegar no uso e por fim, na disposição final; Observar a produção dos materiais, como a preferência por material reciclado, biodegradável e atóxico.
- e) Importante que o modo de produção não tenha utilização de trabalho escravo ou infantil e com a utilização de máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais;
- f) A distribuição dos produtos devem possuir embalagens compactas; Importante que o uso dos produtos visem a economia de água e energia.

14.3. Considerando todas as fases do ciclo de vida do produto citadas acima, ratificamos os preceitos do Art.5º da IN 01/2010 da SLTI/MPOG:

a) Bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

- que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível,
- que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromohexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Por todo o exposto, DECLARAMOS que a solução que melhor atende o interesse público no caso concreto é a aquisição dos itens acima especificados e consideramos que a contratação é plenamente viável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CLAUSSEN NAIRA MALHEIROS PEREIRA

EQLIC/DIPOL/SRRF03



Assinou eletronicamente em 25/03/2025 às 09:37:53.

IVSON PORDEUS GOMES

SEPOL/DIPOL/SRRF03



Assinou eletronicamente em 25/03/2025 às 14:52:24.

GEOSSANDRO TADEU BEZERRA DE MOURA

SAENG/DIPOL/SRRF03



Assinou eletronicamente em 26/03/2025 às 10:20:40.